14:04 97%

_ SEG_ Fernando Cabeira _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Joaquim Santana (quinzenal) _ Washington Olivetto (quinzenal)
_ TER_ Merval Pereira _ Carlos Andreazza _ QUA_ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto Saviatta (quinzenal) _ QUI_ Merval Pereira _ Nati Gaspar
_ SEX_ Vera Magalhães _ Fábio Oliveira _ Pedro Dória _ Bernardo Mello Franco _ SÁB_ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Paulo Cristóvão _ DOM_ Merval Pereira _ David Hanazaki _ Bernardo Mello Franco

MALU GASPAR

blogs.oglobo.globo.com/opiniao
malu.gaspar@oglobo.com.br

O placar de Brazão

'Não é sobre Marielle', foi o que mais se ouviu nos últimos dias da turma do Movimento Brazão Livre, que trabalhou firme para fazer a Câmara tirar da prisão o deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora carioca. "Também não é sobre Brazão", seguia o argumento. "É uma resposta ao Supremo", martelavam *ad nauseam* lideranças e deputados de vários partidos, incluindo petistas que não repetiriam isso em público de jeito nenhum.

Tudo bem, ninguém duvida de que uma ala significativa do Parlamento estava sedenta para se vingar do ministro Alexandre de Moraes e do STF. Nesse caso, porém, há mais coisas entre o céu e a terra da capital federal do que a repulsa a Xandão.

A operação contra Brazão não foi a primeira medida de força imposta pelo STF e Moraes ao Congresso. Ficaram marcados nos caderninhos dos congressistas, em especial nos da direita, a prisão do bolsonarista Daniel Silveira por agressões a ministros do Supremo, em 2021, e as ações de busca e apreensão nos gabinetes de Carla Zambelli (PL-SP) e Carlos Jordy (PL-RJ).

Em nenhum desses casos, porém, houve tanta mobilização a favor de um parlamentar, e não dá para dizer que antes não havia revolta em Brasília. Apesar de ter perdido no plenário, Brazão foi mantido na prisão por um placar apertado — 277 votos, só 20 acima do mínimo necessário. No caso de Silveira, a prisão foi mantida por 364 votos. O placar dos que votaram pela soltura foi praticamente o mesmo para os dois: 130 e 129 votos.

A mudança é que, agora, 105 deputados ou faltaram ou se abstiveram, porque não queriam ver seus nomes no placar pró-libertação, mas tampouco tinham a ganhar constando na coluna pró-prisão. Quem lá atrás não se incomodou em deixar Silveira mofando na cadeia para não se indispor com Xandão desta vez achou melhor não se aventurar contrariando Brazão.

Considerando que falamos de um integrante do baixo clero que nunca fez nenhuma diferença para além do seu quintal, fica difícil explicar o que ocorreu na Câmara nos últimos dias sem olhar com atenção para este Triângulo das Bermudas político chamado Rio de Janeiro. Tanto Silveira como Brazão foram eleitos pelo Rio. Mas, diferentemente do primeiro, o clã de Chiquinho não apenas povoa a política local há décadas, como também espalhou ramificações por amplos setores do estado e da prefeitura.

Do Departamento de Transportes Rodoviários (Detro) à Habitação ou à Polícia Civil de Cláudio Castro, passando pela Assembleia Legislativa, pela Câmara Municipal e pela prefeitura de Eduardo Paes, para onde quer que se olhe se poderá ver um aliado dos irmãos Brazão ocupando um cargo-chave.

O próprio Chiquinho Brazão foi secretário de Ação Comunitária de Paes até fevereiro passado. Só deixou o cargo quando começou a circular nos bastidores a informação de que o matador de Marielle, Ronnie Lessa, apontara o dedo para ele e para o irmão, Domingos.

Sua presença no secretariado era parte de um acordo em troca do apoio à reeleição do prefeito em outubro, num bonde de que fazem parte Waguinho (Republicanos), prefeito de Belford Roxo cuja mulher chegou a integrar o ministério de Lula, e o ex-deputado Eduardo Cunha, aliado e uma espécie de guru político que por décadas fez dobradinhas eleitorais com o clã.

Em 2022 Chiquinho ainda subiu no palanque da campanha de Jair Bolsonaro. Além disso, o eleitorado dos irmãos Brazão sempre foi concentrado em áreas dominadas por milícias, com as quais, segundo a Polícia Federal, eles têm "intrínsecas relações".

É esse contexto de promiscuidade explícita da política com o crime e com a impunidade que ajuda a explicar por que Eduardo Cunha e Jair Bolsonaro atuaram em favor de Brazão — Eduardo, o filho Zero Três, chegou a gravar um vídeo pela soltura —, enquanto Paes procurou de todas as formas ficar longe do assunto publicamente, para não afetar suas alianças na campanha de logo mais à reeleição.

Nada disso quer dizer que a tensão entre o Congresso e o Supremo não tenha interferido no resultado de ontem. Mas não dá para entender tanto esforço sem considerar que, quando se trata da política fluminense, perigo a força do clã Brazão ser bem maior que a ojeriza a Xandão.

ARTIGO

Um futuro sustentável por meio da cultura

RAPHAEL CALLOU

As áreas compreendidas no âmbito da economia da cultura e das indústrias criativas no Brasil geraram, em 2020, mais de R$ 230 bilhões, valor que supera a participação do setor automotivo no PIB nacional, com ao menos 1,4 milhão de empregos formais no país, de acordo com dados do Observatório Itaú Cultural.

Sendo o setor que mais emprega jovens entre 15 e 30 anos no mundo, não é retórica a afirmação de que a cultura gera inclusão social produtiva, com contribuição média ao PIB dos países da ordem de 3,1%, respondendo por aproximadamente 6,2% dos empregos. Entretanto esse dado é impreciso quanto às disparidades e assimetrias do contexto mundial. Países como os Estados Unidos têm contribuição da economia criativa que alcança 4,4% do PIB, representando mais de US$ 1 trilhão. Outras regiões não convivem com essa pujança.

As desigualdades não estão presentes apenas entre países, mas também na esfera doméstica de nações onde o acesso e o direito à participação na vida cultural não são uma realidade para parcela significativa da sociedade. Na Ibero-América, a média da população que visitou um museu durante o ano não superou os 27%, de acordo com o último relatório temático da Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI). A taxa de assistência a obras de teatro e a cinemas também mostrou números tímidos, evidenciando a necessidade de mecanismos que garantam o acesso e a democratização da cultura, desenvolvendo atividades que valorizem a diversidade cultural, em estreito diálogo com os territórios.

Inúmeros informes têm destacado a importância de integrar as artes e o patrimônio cultural aos currículos de educação formal

Quando falamos do legado que queremos construir para nosso futuro, a cultura reforça mais uma vez sua pertinência como elemento estratégico para uma sociedade que demanda a formação de cidadãos capazes de superar problemas complexos num cenário de profundas incertezas. A cultura, em suas diversas manifestações, oferece ferramentas valiosas para aprimorar o pensamento crítico, a criatividade, a colaboração e a comunicação intercultural, habilidades essenciais para navegar pelos desafios contemporâneos.

Nos parece, contudo, que vivemos um momento oportuno para reforçar os consensos sobre a cultura, seu impacto e suas conexões. Inúmeros informes têm destacado a importância de integrar as artes e o patrimônio cultural aos currículos de educação formal, vislumbrando as escolas como centros culturais. Da mesma forma, é também reconhecido o papel de instituições culturais como espaços educativos, em que o Museu de Arte do Rio (MAR) é mencionado como referência na ação coordenada entre cultura e educação.

Parte desse mesmo panorama, a contribuição da cultura ao desenvolvimento sustentável ganhou reforço com a declaração da Conferência Mundial da Unesco sobre Políticas Culturais (MondiaCult 2022), que realçou a necessidade de tratar a cultura como bem público mundial, defendendo seu reconhecimento específico entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Afinal, embora tenha contribuições transversais, sempre me pareceu equivocada a defesa de que a cultura já estaria contemplada no âmbito da Agenda 2030, como retórica que parece mais uma declaração de consolação.

Aproveitando o momento em que os países parecem convergir para o reconhecimento específico e nominal da cultura para o desenvolvimento sustentável, neste ano que precede a MondiaCult em Barcelona, é ainda mais urgente avançar nos debates e na necessária articulação entre governos, ONGs, iniciativa privada e organismos internacionais, envolvendo ativamente a cidadania, para efetivação da cultura como um direito fundamental em sua plenitude.

Raphael Callou é diretor-geral de Cultura da Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI)

ARTIGO

Nossa precária e extorsiva aviação comercial

FRANCISCO SOARES BRANDÃO

É preciso que a sociedade brasileira se mobilize para pressionar o governo e a agência reguladora responsável pela nossa aviação civil. Já passou da hora de enfrentar a degradação dos serviços das companhias aéreas. As empresas vivem suas dificuldades, mas é injusto que o peso seja descarregado nas costas do consumidor.

Um pequeno exemplo é a cobrança por bagagens. Quando as empresas aéreas foram autorizadas a cobrar, propagandeou-se que isso permitiria reduzir o valor das passagens. Mas os preços hoje para voar estão entre os mais altos do mundo. Uma extorsão que se aproveita das situações de urgência. Quem precisa viajar de uma hora para outra conhece bem o abuso.

A aviação comercial brasileira combina aspectos que convergem para o pior. Um oligopólio que presta serviço de baixa qualidade cobrando preços extorsivos e mesmo assim vive graves dificuldades financeiras. Qualquer um nota haver aí um problema de gestão. Que vai sendo empurrado com a barriga, enquanto o custo da incompetência é repassado aos clientes.

Quem ainda não passou pela desagradável experiência de ter um voo cancelado ou incorporado a outro, fazendo desconfiar de que o real motivo foi evitar a decolagem de uma aeronave não tão cheia? Sem que o prestador do serviço precise arcar com os prejuízos materiais e reputacionais do infeliz viajante.

As companhias aéreas vivem suas dificuldades, mas é injusto que o peso seja descarregado nas costas do consumidor

É as recentemente impostas dificuldades e multas extorsivas a quem deseja alterar o horário do voo?

É esta a impressão que fica: companhias mal geridas, mas que dispõem de um mercado oligopolizado, recorrem à imposição de dificuldades aos clientes como mecanismo de monetização extra, para tapar buracos financeiros cavados pela própria incapacidade. Sem que o governo ou a agência reguladora responsável esbocem reação.

Enquanto isso, quem precisa viajar de avião, num país que não oferece outras opções viáveis de transporte (a China construiu um sistema ferroviário de alta velocidade) amarga uma via-crúcis a cada embarque. E, quando finalmente consegue embarcar, e o avião decola, é submetido a uma alimentação de baixa qualidade, apesar do preço da passagem.

Sem querer ser saudosista, as novas gerações que hoje voam nem conseguiriam imaginar quanto esse serviço declinou. E não se venha com o argumento de que a baixa qualidade decorre da desejável massificação. Outros países já conseguiram massificar o transporte da população sem degradar o serviço. Por que os bons exemplos não podem ser replicados aqui?

Quando se quer, consegue-se. Anos atrás, no ambiente dos grandes eventos que o Brasil viria a sediar, acelerou-se a modernização de nossos aeroportos. Eles hoje, em geral, atendem a bons padrões internacionais. Atraso não é destino, é escolha. Se o quadro das companhias aéreas é desolador, não é fatalidade, é inação.

Como disse no começo, já passou da hora de consertar o que está errado nesse importante serviço.

Francisco Soares Brandão é empresário